

A INCLUSÃO NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL MARGARIDA MARIA ALVES EM CALMON-SC: UM ESTUDO DE CASO

Leila de Fátima Longo Ruaro¹;

Vitor de Moraes².

RESUMO

O presente estudo teve como tema a Inclusão na Escola Básica Municipal Margarida Maria Alves, no Assentamento Conquista Cinco de Maio no município de Calmon – SC. O objetivo geral foi verificar como estava sendo realizado o processo de inclusão nesta escola, como objetivos específicos: analisar como era elaborado o atendimento da escola com relação aos alunos com necessidades especiais e também com dificuldades de aprendizagem; desenvolver estudo sistematizado sobre o tema Inclusão através de leituras pertinentes ao tema. A metodologia utilizada neste estudo foi de caráter qualitativo, verificando e observando em loco quais eram as formas utilizadas pela escola com relação ao atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais daquela comunidade de assentamento. Conclui-se através deste estudo que o atendimento educacional aos portadores de necessidades especiais acontece, mas com dificuldades inerentes ao processo de aprendizagem. Também, pode-se afirmar que as professoras da escola desenvolvem as atividades adaptando-as de acordo com a realidade da instituição ensino local.

Palavras-chave: Educação do Campo, Inclusão e Educação Especial

¹ Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de XXX, e-mail: tal.

² Educador Orientador, UFPR Litoral.

1 CONTEXTO

No decorrer do desenvolvimento da criança vão sendo realizadas trocas entre a criança e o objeto e, principalmente entre a criança e as pessoas que com ela convivem. Isso significa que a criança em a si própria por meio da experiência social, desde muito cedo, entra em contato com a comunicação verbal no mundo em que está inserida, ela trava conhecimento com as palavras, começa a compreender a sua significação e a utilizá-las. Nesse processo, os signos e significados culturais vão sendo internalizados. Através da interferência de pessoas, a criança desenvolve características específicas de percepção, memória, atenção, raciocínio, abstração e demais capacidades que passam a fazer parte do seu mundo. Para (Garcia 2011, apud Vygotsky), “as leis gerais do desenvolvimento são iguais para todas as crianças. Entretanto, existem muitas especificidades na organização sociopsicológica da criança com deficiência intelectual, uma vez que seu desenvolvimento solicita caminhos diversos e recursos especiais”. A deficiência intelectual específica do desenvolvimento do ser humano vai depender das condições concretas proporcionadas pelo grupo em que está inserido, que pode ser rico em estímulos ou empobrecido. A deficiência por si só não vai determinar o destino dessa criança, mas sim o trabalho que for desenvolvido com ela, as formas de cuidado e a educação recebida. Para o autor, a abordagem histórico-cultural, o principal aspecto presente no desenvolvimento psíquico da criança refere-se à apropriação dos conhecimentos adquiridos pelas gerações anteriores, conhecimentos estes que não são transmitidos filogeneticamente. A internalização dos conhecimentos concretiza-se na atividade que a criança realiza com os objetos e os fenômenos do mundo que a cerca. Para que a atividade se efetive, é necessária a comunicação prática e verbal com as pessoas que a rodeiam. Essas crianças demonstram dificuldades em apresentar resultados satisfatórios em ritmos e nas condições consideradas normais. No entanto, as experiências demonstram

que quando essas mesmas crianças são inseridas em ambientes adequados e trabalha-se com elas com metodologia apropriada, em sua grande maioria, conseguem progressos significativos e até mesmo superar suas dificuldades. A educação para todos não será somente do professor ou do sistema de ensino, mas sim de todo o contexto educacional, uma inclusão entre escola e família com o mesmo objetivo, a garantia de uma aprendizagem plena, assegurando a autonomia do educando em suas vidas

Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos que efetivar com toda urgência. Essa superação refere-se ao “que” ensinamos aos nossos alunos e ao “como” ensinamos, para que eles cresçam e se desenvolvam sendo seres éticos, justos, pessoas que terão de reverter a situação [...] mudar o mundo e torná-lo mais humano (MANTOAN, 2003, p. 61).

A educação para todos não é somente do professor ou do sistema de ensino, mas sim de todo o contexto educacional, uma inclusão entre escola e família com o mesmo objetivo, a garantia de uma aprendizagem plena, assegurando a autonomia do educando em suas vidas. A Educação do Campo em toda sua dimensão empírica deixa espaço para que a escolaridade seja um processo de apropriação dos novos conhecimentos, as tendências apresentadas pela sociedade moderna, estão sofrendo modificações nas bases educacionais. Segundo a Constituição de 1988, no artigo 6º, trás o documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz “São direitos Sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Ainda na Constituição Federal de 1988, juntamente com as diretrizes e políticas mais a Declaração de Salamanca, que é um documento elaborado por representantes de 28 países que se comprometeram com uma educação de qualidade para todas as pessoas, tem como objetivo principal, que as pessoas com necessidades especiais, sejam elas quaisquer, tenham o direito de estudar. Surge então o sistema atual de atendimento especializado, é a inclusão escolar. No Decreto Presidencial n.º 6.571/2008 Cabe

destacar ainda que em seu art. 6º estabelece que a partir de janeiro de 2010, o Decreto N.º 6.253, de 13 de novembro de 2007, que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB passa a vigorar acrescido do artigo 9º -A

Admitir-se-á, a partir de 1º de janeiro de 2010, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular. Parágrafo único. O atendimento educacional especializado poderá ser oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou pelas instituições mencionadas no art. 14. (NR) (BRASIL, 2008, Art. 6º)

Assim, os alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação passaram, a partir de janeiro de 2010, a ser contabilizados duplamente no âmbito do FUNDEB, isto é, como matriculados em classes comuns do ensino regular e também no AEE (Atendimento Educacional Especializado). O atendimento á pessoas com necessidades especiais, que acontece em horário contrário ,no contraturno, com atividades diferenciadas da sala de aula comum, segundo Bernardes (2000), teve inicio no século XIX, quando importantes períodos das práticas escolares, foram transformadas significativamente. Primeiro, as pessoas com necessidades especiais, eram levadas para instituições, assim tinham atendimento especializado. Na seqüência, veio a integração, onde o aluno que se adequava a escolas. Nesse período, surgem as classes especiais nas escolas regulares, com professores especializados, de acordo com a deficiência de cada educando.

A Constituição Federal de 1988, juntamente com as diretrizes e políticas mais a Declaração de Salamanca, tem como objetivo principal, que as pessoas com necessidades especiais, sejam elas quaisquer, tenham o direito de estudar. Surge então o sistema atual de atendimento especializado, é a inclusão escolar. O Decreto 6571/2008 e a Resolução N° 4/2009, Art. 3º reafirmam que a Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sendo definidos como

público-alvo dessa modalidade de ensino:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

O atendimento especializado passa a fazer parte do Projeto Político Pedagógico, para que todos os alunos possam ter oportunidade de estudar, acabando gradativamente com a exclusão escolar das crianças que são portadoras de necessidades especiais, as superdotadas, com desvantagem social, assim não serão mais diferentes das demais crianças do ensino regular. Os profissionais que atuarão no AEE deverão possuir formação específica na área, uma formação continuada na perspectiva de uma educação inclusiva, disponibilizar instrutor, tradutor/interprete de Libras e guia intérprete, assim como monitor ou cuidador para os alunos que necessitam de apoio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção entre outras.

2 DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

A relevante história vivenciada nesta escola surgiu sobre um tema para construir meu TCC, estava com dificuldades, pois de Educação do Campo, não tenho experiência alguma e na conversa com a Psicóloga da cidade de Calmon –SC, ela me relatou que atendia crianças com necessidades especiais em uma escola de assentamento, e como precisava fazer o TCC, logo pensei no tema inclusão. Na minha região não tem escolas com o Currículo de Educação do Campo, então a dificuldade da escolha do tema estava muito difícil, a oportunidade chegou na hora certa. No dia 15 de abril deste ano, fui visitar a escola que está situada no interior do Município de Calmon –SC, mais precisamente no Assentamento Conquista 05 de Maio. Saindo de Porto União as 7h, com o ônibus da Empresa Reunidas destino a Piratuba. A viagem foi tranqüila, cheguei em Calmon as 8h e 30min .Fui até o CRAS- Centro Assistente Social, para aguarda a Psicóloga Adriana Ribas, para que juntas fossemos até o assentamento e na escola. Precisamente as 13h e 30 min. seguimos com o carro ambulância rumo ao nosso destino. No caminho ia imaginando o que eu iria ver, estava muito ansiosa, a estrada era belíssima. Em certa altura paramos para deixar um senhor, que iria atravessar a pé, naquele lugar, pois era o único jeito de ir para sua casa, já que a ponte que transpassava o rio havia caído, sobrando – lhe a alternativa de atravessar o mesmo daquela maneira. A paisagem se apresentava muito linda, plantações de Pinos apareciam deslumbrantes, como se fossem natas do lugar. Ao longo do trajeto pequenas propriedades foram se apresentando, o percurso durou em torno de cinquenta minutos, e chegamos. Logo avistei as edificações, o Posto de Saúde, a Casa da Costura, e finalmente a escola. Esta se apresentou muito diferente, me surpreendi, pois ali estava um autêntica escola, com pequenos jardins, quadra de esportes, casa da bomba d'água , e muitas salas de aula. Após as apresentações, fomos ver os alunos nas salas de aula. A primeira aluna, cursando o 2º ano, apresenta atraso de aprendizagem, tem o segundo professor, que faz as devidas adaptações dos conteúdos. O segundo aluno, que ficou com uma grave deficiência física, tendo uma paralisia nos membros superiores,

sendo impossibilitado de mover os braços, dificuldade para andar devido a um tombo quando pequeno, faz fisioterapias e aplicações de botox (toxina botulíca do tipo A) em Florianópolis. Hoje caminha com ajuda, está se alfabetizando iniciando a escrita com o pé, (foi a maneira que a professora encontrou para que ele escrevesse) pois demonstrou habilidades para tal. Este aluno foi a inspiração deste trabalho, é um grande desafio para estes professores que não medem esforços para buscarem instrumentos de intervenção pedagógica e que o mesmo tenha um ensino digno, um ensino de qualidade e eficaz. O terceiro aluno, com espectro de autismo, também cursa o 2º ano, ficando menos tempo na sala de aula comum, o restante do tempo, recebe atendimento em uma pequena sala improvisada. O aluno autista necessita de um atendimento individual, pois tem limitações de linguagem, memória seqüencial empobrecida, resistente em aprender novas aprendizagens, mas responde bem quando se tem um sistema bem organizado, mas a realidade da escola é precária para sanar esta dificuldade, pois a formação dos professores não é especializada. Hoje para que os professores obtenham licenciatura, precisam freqüentar uma faculdade semi presencial, uma vez na semana .numa distancia de 70 km, com um caminho árduo.Estes alunos deveriam ser atendidos na APAE – Caçador-SC, mas devido a distância (70 km) fica inviável este atendimento.

3 CONSIDERAÇÕES

A necessidade de inclusão escolar nas escolas campesinas e os movimentos sociais têm relevante participação, independente de suas limitações, assim como nas escolas de ensino comum. As políticas e práticas de inclusão não tem um significado único e consensual, mas são determinados por múltiplos fatores. Eles incluem uma ampla rede de significações no cruzamento de diferentes olhares e formas de se estar esse processo.

O tema e o local escolhido para esse estudo foram oportunos no desenvolvimento da pesquisa, pois pode-se verificar de que forma uma escola de assentamento com suas limitações, pode desenvolver um trabalho com qualidade dentro do que se prega nos novos paradigmas educacionais, isto é uma práxis inclusiva. O estudo também possibilitou olhar a inclusão em escolas campesinas de uma forma diferente, com o olhar do coração.

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais nas salas de aula comum, é muito mais complexo do que realmente acontece, muitos fatores interferem, como a formação dos professores, a acessibilidade arquitetônica, física, e nas barreiras atitudinais e ambientais, e numa ampla revisão nos cursos de licenciatura para a atuação de professores nas escolas de educação do campo, visando uma cidadania global, assim a escola que é um espaço social, um espaço de todos e não de poucos, onde os conhecimentos são acumulados historicamente.

[...] se os seres humanos fossem puramente determinados e não 'seres programados para aprender' não haveria por que na prática educativa apelarmos para a capacidade crítica do educando. Não haveria por que falar de educação para a decisão, para a libertação (FREIRE, 1993, p. 12).

REFERÊNCIAS

GARCIA D. I. B., SHIMAZAKI E. M., MARQUEZINI M.C. e DELLA-ROSA V. A.

Deficiência Mental, 2011

Declaração de Salamanca e enquadramento de ação:

na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, UNESCO/
Ministério da Educação e Ciência da Espanha, 1994.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer?
São Paulo: Moderna, 2006.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. Inclusão é o privilégio de conviver
com as diferenças. **Revista Nova Escola**, São Paulo, v. 32, n. 182,
maio. 2005.

Portal de ajudas técnicas para educação-Recursos pedagógicos Adaptados-Brasília-
DF-2002

SASSAKI.R.K.Inclusão:cosntruindo uma sociedade para todos.3.ed.Rio de
Janeiro:WVA.1997

ANEXOS

Figura 1 – Foto da entrada da Escola



Figura 2 – Foto da Quadra da Escola



Figura 3 – Casa da Bomba ‘ água

